



PPGDiDeS

Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido
Universidade Federal do Vale do São Francisco

DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO

ORGANIZAÇÕES, GESTÃO, INOVAÇÃO &
EMPREENDEDORISMO

Organizadores

Manoel Messias Alves de Souza
Leopoldina Francimar Amorim Coelho Diniz
João Carlos Sedraz Silva
Valdner Daízio Ramos Clementino
Acácio Figueirêdo Neto



Editora Poisson

VOLUME

2

(Organizadores)

Manoel Messias Alves de Souza

Leopoldina Francimar Amorim Coelho Diniz

João Carlos Sedraz Silva

Valdner Daízio Ramos Clementino

Acácio Figueirêdo Neto

Desenvolvimento do semiárido:
Organizações, gestão, inovação &
empreendedorismo
Volume 2

1ª Edição

Belo Horizonte

Poisson

2021

Capítulo 13

Desenvolvimento e convivência com o semiárido: Relato de experiência no município de Uauá-BA

Antonio de Santana Padilha Neto

José Alberto Gonçalves de Moura

Ana Paula Batista de Oliveira

Ana Carla Pereira da Silva

João Ricardo F. de Lima

Shirley Macêdo

Resumo: Nos últimos anos, o interesse pelo tema desenvolvimento e convivência com o Semiárido tem crescido diante das várias mudanças que esse território tem sofrido, com relação à sua própria característica de longos períodos de estiagem e distribuição irregular de chuvas, tornando um ambiente frágil, mas de grande potencialidade para o desenvolvimento e sustentabilidade; e as ações antrópicas, que têm permitido a diminuição das biodiversidades endêmicas nele existentes. Assim, pesquisadores têm despertado para a problemática do desenvolvimento e convivência com o Semiárido. Para tanto, este estudo foi realizado objetivando conhecer um pouco mais desse ambiente através de um relato de experiência em uma comunidade da zona rural do município de Uauá-BA. Nesse contexto, buscou-se construir uma nova visão sobre a região, através de uma investigação realizada na comunidade objeto do estudo, onde se ouviu relatos e situações vivenciadas, apontando e identificando as necessidades e soluções. Dessa forma, também foram observadas algumas fragilidades e potencialidades do Semiárido de Uauá-BA e percebeu-se que as adversidades vivenciadas pelos moradores apontam tendências que podem a médio e longo prazo causar a extinção da comunidade estudada.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Convivência com o Semiárido; Território; Pertencimento.

1. INTRODUÇÃO

O Semiárido, Sertão ou Caatinga é um território marcado pelas irregularidades de chuvas, aridez, presença de solo pobre em matéria orgânica, gerando o estigma de ecossistema, onde habitam seres humanos que são muitas vezes rotulados de miseráveis. A aparência acinzentada durante a época da escassez das chuvas deixa o ambiente com característica bem seca. Por esses motivos, a região foi conhecida por muito tempo como território problema (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Diante do cenário acima descrito, percebe-se que nos últimos anos, o interesse pelo tema desenvolvimento e convivência com o Semiárido tem crescido, mediante as várias mudanças que o território vem sofrendo, despertando pesquisadores a investigarem mais sobre esse ambiente nos mais diversos aspectos, tais como: social, político, econômico, cultural, ambiental e educacional, produzindo assim, novos conhecimentos sobre a região.

Dessa forma, este estudo partiu de um relato de experiência em uma comunidade da zona rural do município de Uauá-BA, na perspectiva do desenvolvimento para convivência com o Semiárido, tendo como pano de fundo o que se vivenciou diante da resiliência dos sujeitos que habitam esse lugar, bem como do sentimento de pertencimento da população em relação ao seu chão.

O Semiárido brasileiro⁶⁰ apresentado atualmente segundo a nova delimitação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é composto por 1.262 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Maranhão, portanto, a região Nordeste do Brasil, comporta a maior parte do Semiárido brasileiro.

Os critérios para delimitação do Semiárido são a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano foram aprovados pelas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017.

A zona rural do Semiárido é marcada por duas realidades distintas: as áreas irrigadas que se destacam pelo dinamismo econômico e produção agrícola; e as áreas de sequeiro que são caracterizadas pela baixa produção, diante da dependência da água da chuva, resultando elevada pobreza local.

Contudo, no início do século XXI, esta realidade regional vem sofrendo transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Para Carvalho (2014), esta região tem sido alvo de grandes investimentos por parte da União, que tem transferido recursos superiores às arrecadações dos tributos gerados no próprio local, somado às transferências voluntárias e os programas nacionais. Para o período de 2012, a região Nordeste arrecadou de tributos federais R\$ 49 bilhões e a União transferiu R\$ 86,5 bilhões, gerando em favor desta região um saldo líquido de R\$ 37,5 bilhões. Percebe-se, ainda, segundo o autor, o crescimento real da população estudantil na região na primeira década do século XXI, passando de 16.170.434 para 16.416.701 alunos.

Nessa conjuntura, questiona-se: quais as perspectivas de desenvolvimento diante das adversidades do Semiárido nordestino na comunidade estudada no município de Uauá-BA? Nesse âmbito, o estudo visa identificar e conhecer as perspectivas de desenvolvimento e a convivência com o Semiárido dentro de uma comunidade da zona rural do município de Uauá-BA, através de um relato de experiência.

Dessa forma, este trabalho apresenta elementos constituintes do desenvolvimento e convivência com o Semiárido, resiliência e pertencimento do sujeito no seu lugar, bem como, informações específicas sobre território e identidade da comunidade onde se deu a experiência aqui relatada. Em seguida, o desafio é, a partir da experiência vivida na comunidade, relatar o modelo de desenvolvimento para convivência com o Semiárido convergindo para a realidade diária; e, apesar das dificuldades do cotidiano, evidenciar as afetações que foram experienciadas por quatro mestrandos do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido (PPGDiDeS), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Este estudo poderá contribuir para que as localidades com pouca densidade populacional e voltadas, principalmente, para atividades do setor primário, sejam fontes para possíveis novos estudos e encaminhamentos de projetos viabilizados através de políticas públicas destinadas a estas populações cada vez menos assistidas pelos governos municipal, estadual e federal no Brasil.

⁶⁰ <http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Na história da humanidade, o processo de desenvolvimento econômico nunca ocorre de maneira igual e simultânea em todas as partes do mundo. Pelo contrário, é um processo bastante irregular e, uma vez iniciado, em determinados pontos possui a característica de fortalecer áreas mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento. Desse modo, o processo de dinâmica econômica regional ocorre sempre de maneira bastante complexa, dada as interrelações existentes dentro e entre diferentes localidades e sua importância para a coesão da economia local, regional e nacional (SICSÚ; CASTELAR, 2009). Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento econômico de um determinado local deve ser um dos pilares de sustentação de uma determinada região.

Para Bresser-Pereira (2014, p. 21), “[...] o desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população”. Segundo Hirschman (*apud* NIEDERLE; CARDONA, 2016, p. 19), “[...] o desenvolvimento não depende tanto de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção, quanto de provocar e mobilizar com propósito desenvolvimentista, os recursos e as aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados”. Seguindo a lógica da teoria de Hirschman, esses mesmos recursos ocultos, também denominados por ele de “racionalidades ocultas”, estão sempre em processo de crescimento e mudança ao longo do tempo.

Para Bresser-Pereira (2014, p. 21), existe um paralelo dentro do desenvolvimento com as seguintes perspectivas:

Uma perspectiva *estrutural*, porque o desenvolvimento econômico envolve mudanças nas três instâncias da sociedade – mudança direta na instância econômica e mudança indireta nas instâncias normativa e cultural. Uma perspectiva *schumpeteriana*, porque o papel do empresário inovador é tão importante quanto o papel do Estado no processo de crescimento econômico. Uma perspectiva *keynesiana*, porque não basta analisar o desenvolvimento econômico do lado da oferta; os países crescerão se educarem sua população, se promoverem a ciência e a tecnologia, se praticarem política industrial e se investirem em infraestrutura; mas, exceto no caso desta última, essas atividades são esforços diários de milhões de pessoas; além de investir em infraestrutura, o governo deve criar oportunidades de investimento para as empresas, adotando políticas macroeconômicas que garantam a *demanda efetiva*. E, finalmente, é necessária uma perspectiva *novo-desenvolvimentista*, porque, nos países em desenvolvimento, a demanda efetiva não basta para motivar as empresas competentes a investirem.

Percebe-se, então, que são diversas conjunturas, bem como diversos agentes promotores do desenvolvimento local.

Segundo Furtado (1967 [1961] *apud* Bresser-Pereira, 2014, p. 6)

Somente após a Revolução Capitalista é possível discutir o desenvolvimento econômico no sentido estrito do termo, porque é apenas a partir desse momento que o progresso técnico ocorre de modo rápido e *autossustentado*, na medida em que o reinvestimento dos lucros com a incorporação de tecnologias cada vez mais eficientes e sofisticadas se torna uma condição necessária para a sobrevivência das empresas.

No Brasil, o desenvolvimento foi marcado por fortes especificidades que contribuíram para a formação e reprodução de profundas disparidades regionais, com elevada concentração da pobreza na Região Nordeste, em especial, no Semiárido (BUAINAIN, 2013; DEDECCA, 2013). Logo, entende-se que o desenvolvimento brasileiro passa, sobretudo, pela região Nordeste com suas singularidades e potencialidades contidas no seu vasto espaço geográfico.

Ainda no contexto do desenvolvimento, no interior do Brasil, tem-se também o desenvolvimento rural. Segundo informações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de acordo com o documento de referência editado após a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário⁶¹, que aconteceu em abril de 2013, na cidade de Brasília-DF, o conceito de desenvolvimento rural não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo.

O desenvolvimento rural está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso aos recursos materiais e simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações, organização, etc.; aos bens e serviços - públicos e privados - e; as oportunidades - de emprego, geração de renda, saúde, educação etc., originadas principalmente nas políticas públicas, mas também pelo setor privado.

Ademais, esse processo de ampliação de capacidades e de acessos que caracteriza o desenvolvimento rural deve também criar condições para que as populações possam precaver-se contra o aumento dos riscos - sociais, ambientais, econômicos, entre outros - normalmente associados a processos complexos de mudança social implícitos na consideração do desenvolvimento. Percebe-se, mais uma vez, a importância do desenvolvimento rural, juntamente com o poder público e privado para alavancar a região do Semiárido brasileiro, fazendo com que haja prosperidade econômica sustentável nesta que é considerada uma das regiões mais pobres do Brasil.

Dentre os grandes desafios que se colocam diante do desenvolvimento sustentável⁶², atualmente no Semiárido brasileiro, temos a questão da convivência no espaço físico, que pode proporcionar qualidade de vida com dignidade para as populações que habitam essa região, bem como, a preservação na perspectiva de proteção do bioma caatinga na sua grande complexidade e potencialidade.

Carvalho (2011) considera que o Semiárido brasileiro é hoje um território com seus atributos valorados pela 'Convivência', que, nesse processo, elabora-se uma ressignificação da identidade territorial a partir do sentido de enraizamento e pertencimento. Essa interpretação pelo viés simbólico-cultural permite compreender o Semiárido como um território diverso, complexo e multidimensional.

Segundo Castells (2001, p. 24-26):

A sociedade contemporânea, marcada pela interação em rede, pode construir a identidade dos projetos sociais e culturais enraizados em sua estrutura social, cujo conteúdo simbólico se faz presente. Essa "identidade de projeto" visa gerar uma transformação em toda a estrutura social, pois ela é uma identidade construída pelo sujeito histórico. Concebe-se, desse modo, a 'Convivência' como uma identidade de projeto, pois ela provém das lutas históricas de resistências à dominação das elites, que são bem anteriores, mas que por ela adentram novas e diferentes bandeiras de lutas sociais, que juntas vão compor a ideia-projeto para essa parte do Brasil.

⁶¹ Documento de referência: http://www.ipea.gov.br/participacao/imagens/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento_de_referencia.pdf

⁶² É conceituado como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, - Relatório Brundtland – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

Figura 1- Semiárido



Foto: Antonio de Santana Padilha Neto (2019).

A realidade no território do Semiárido brasileiro é bastante complexa, tanto no que se refere aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação humana e à exploração dos seus recursos naturais. Essa mesma complexidade é evidenciada também nas atividades econômicas com a coexistência de áreas tradicionais ou estagnadas de plantios de sequeiro e as áreas de modernização intensa de plantios irrigados, gerando assim, enormes desafios de sobrevivência e convivência de um lado, bem como de oportunidades de desenvolvimento do outro.

Para Conti e Pontel (2013, p. 29),

[...] a convivência com o Semiárido significa uma nova perspectiva do desenvolvimento, capaz de visualizar a satisfação das necessidades fundamentais como condição de expansão das capacidades humanas e da melhoria da qualidade de vida, concebida como redução das desigualdades, da pobreza e da miséria. Destarte, que este processo promove iniciativas de organização e mobilização da sociedade civil, através das redes de movimentos e organizações sociais, que propiciam a disseminação dos valores sociais da convivência com o Semiárido e pressionam pela melhoria de suas condições, pressionando assim por melhorias das condições econômicas e socioculturais.

Isso posto, a discussão em torno do tema desenvolvimento e convivência com o Semiárido brasileiro, a partir das dinâmicas organizativas e sociais contemporâneas configuram novas formas de convívio em torno de questões como a boa utilização da água, da terra, da produção, da educação e de outras demandas que dão um novo sentido à convivência com o Semiárido, potencializando assim, os traços identitários do povo em seu território.

2.2 RESILIÊNCIA E PERTENCIMENTO DO SUJEITO NO SEU LUGAR

Nos últimos tempos, segundo o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA (2015), alguns municípios do Semiárido, entre eles o município de Uauá, vêm implantando programas de convivência com o Semiárido, o que ocasionou mudanças na renda familiar através do beneficiamento das frutas do sertão, a exemplo do umbu e do maracujá do mato.

Com isso, destaca-se a capacidade da população de enfrentar as condições ambientais limitadas pela falta de recursos humanos e financeiros, adaptando-se a essa situação de vulnerabilidade, ou seja, a resiliência. Essa é caracterizada pelo aumento da capacidade dos sistemas sociais e ecológicos de enfrentarem e se adaptarem aos estresses sociais, políticos e/ou ambientais e, assim, reduzirem a sua situação de vulnerabilidade (ADGER, 2004; CINNER; FUENTES; RANDRIAMAHAZO, 2009).

Na concepção de Valle (2002), o sentimento de pertença pode ser definido como os laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual se torne membro, fazendo com que ele se sinta e aja como participante pleno, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e valores.

Para Zaoual (2006), o sentido de pertença contribui para o desenvolvimento de uma comunidade, considerando os potenciais locais e as pessoas em suas raízes territoriais e culturais como possibilidades para desenvolver o sentido de pertencimento e comprometimento com o lugar onde vivem. Segundo Antunes, Medo e Antunes (2019) é imprescindível pensar o sentimento de pertencimento não como um dado qualquer, mas fruto de uma experiência sensível, marcada por alegrias e tristezas.

Nesse diapasão, constata-se que o pertencimento é uma crença subjetiva em uma origem comum que une diferentes indivíduos pelo sentimento de pertencer àquela localidade, destacando-se as características culturais, históricas, econômicas e sociais da comunidade na qual o indivíduo encontra-se integrado, o que ocasiona maior participação no desenvolvimento local.

Portanto, não se pode olvidar que o sentimento de pertencimento é indispensável para o desenvolvimento de uma região, sendo essencial, neste contexto, os esforços para serem preservados na comunidade a identidade histórica, cultural e geográfica.

2.3 TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Quando se fala em territorialidade, logo se pensa em espaço, lugar, habitat, ou seja, local onde se vive ou se domina. Assim, geograficamente falando, territorialidade refere-se ao território onde se habita alguém ou alguma coisa. De acordo com Brunet (2001, p. 33 *apud* GIRARD, 2008, p. 34), “[...] o espaço não é nada sem seus criadores, que são ao mesmo tempo seus usuários”.

Conceitualmente falando no que se refere espaço e território, Raffestin (1993) considera que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida.

Nesse sentido, o território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Assim, o território se forma a partir do espaço.

Dessa forma, o espaço é construído por um conjunto de atores que dependem ou vivem desse lugar, onde existem interesses de se manterem de tal maneira, que agreguem conhecimentos nativos visando à sobrevivência nesse espaço. O Ministério do Meio Ambiente no Manual Apoio à Implementação do Programa de Educação Ambiental e agricultura familiar nos territórios (2015) comenta que cada ator possui sua estratégia, interesse e representação na produção do espaço. Seus objetivos se cruzam e, quando não são convergentes são fontes de conflitos. Assim, o território está sempre associado à noção de poder.

Nesse cenário, espaço e poder destacam-se dentro de um território, desenvolvendo funções relacionadas às estratégias desenvolvidas pelos atores, bem como a sua maneira de sobreviver dentro desse espaço. Como vivem, o que produzem, como produzem, qual relevância do espaço para a comunidade? São questionamentos que podem ser respondidos mediante observações e pesquisas já realizadas.

Para o Ministério do Meio Ambiente (2015, n. p.):

[...] o território representa a organização do espaço, sua repartição e gestão, o que gera significado para esse espaço. Ao definir um território, ou parte dele, é fundamental levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a natureza (e seus recursos), e o seu uso, que inclui a ação humana, o trabalho e a política.

O território será, então, o espaço em movimento, gerando recursos com ampliação de atividades conquistadas e compartilhadas. O espaço vai além da estrutura geométrica, pois envolve as relações sociais dos atores.

Assim, descreve Santos (1997, p. 2):

Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A ação que é inerente à função, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados.

Assim, surgem no Brasil territórios que, pela sua história e complexidade nas relações socioambientais, têm se apresentado como desbravadoras, sobrevivendo mesmo diante de todas as adversidades encontradas.

Nesse âmbito, Faria e Bortolozzi (2009, p. 37) afirmam que:

Ao entender o território enquanto apropriação social (política, econômica e cultural) um salto qualitativo foi dado, tanto no que se refere às escalas quanto às funções que cada recorte territorial admite. É nessa perspectiva que essa categoria ganha dinamicidade, alterando-se a partir do jogo conflituoso (de poder) próprio das relações sociais.

Nessa situação, as regiões brasileiras vêm fortalecendo a sua identidade no desenvolvimento socioeconômico dentro de suas territorialidades, buscando nas relações socioambientais e no sentimento de pertencimento, a mobilização dos seus atores a uma nova visão e perspectiva no que tange a esse desenvolvimento.

Dessa maneira, o desenvolvimento envolvendo cultura e diversidade de saberes dentro de cada espaço, surge novos conhecimentos com elementos recentes e, também tradicionais. Assim, esses territórios envoltos nessa relação social passam a ser identificados de forma mais precisa. Nesse sentido, o território não é algo dado, mas uma produção social em permanente mudança.

A noção do território comporta, portanto, dimensões materiais e imateriais da realidade social e seus limites não são determinados exclusivamente por aspectos político-administrativos, mas também pelo sentimento de pertencimento por grupos e indivíduos com o lugar que habitam e/ou se reproduzem social, econômica e culturalmente (BERNAL, 2015, p. 01).

Visto dessa forma, ou seja, através do sentimento de pertencimento, os territórios organizados tendem a crescer em termos de desenvolvimento econômico e socioambiental. Mas nem sempre é assim para alguns territórios regionais, quando os seus atores deixam esses espaços em busca de novas perspectivas, possibilitando o abandono, levando territórios a extinção.

Nesse sentido, o Semiárido brasileiro é um desses territórios cheios de surpresas no que tange às relações socioambientais, bem como a presença de atores com sentimento de pertencimento, muitas vezes esquecidos nesse espaço diante da própria característica natural do ambiente. Tendo a caatinga como único bioma restrito ao território brasileiro, integrado ao Semiárido e ocupando basicamente a região Nordeste.

Nesse-espaço tão abrangente, encontram-se comunidades que, por suas peculiaridades e sentimento de pertencimento como já citado, tem se despontado em termos econômico e histórico, alguns mais que outros, devido à organização e conhecimentos descobertos através da necessidade de existir, como leis e critérios, que assim os protegem e os fazem conhecidos.

Mediante essas observações estudadas em levantamentos bibliográficos, o Semiárido brasileiro sempre enfrentou diversos tipos de preconceitos, quer pela sua aparência paisagística acinzentada seca, quer pelos seus habitantes, muitas vezes chamados de pobres, miseráveis, caatingueiros e matutos.

Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do semiárido e dos interesses políticos das elites locais que explicavam a miséria, a fome e o atraso como produtos de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação de sua gente (SILVA, 2003, p. 361).

Esses perfis aqui traçados perduraram e ainda perduram, só que agora de forma diferente, até mesmo porque o Semiárido passou a ser visualizado como um território cheio de expectativas, onde:

[...] Começa a ser construída outra imagem do semiárido brasileiro, com a implantação de polos agroindustriais que se especializaram em fruticultura irrigada para exportação. A irrigação ganhou força ao lado da solução hídrica e passou a se constituir em sonho de redenção regional. Apesar disso, na sua maior porção, o semi-árido permaneceu uma área tradicional e estagnada. A situação estrutural de pobreza ainda se transforma em calamidade nas estiagens prolongadas (SILVA, 2003, p. 363).

Por outro lado, a grande área estagnada por diversas situações é mobilizada e alertada para a sustentabilidade com novas perspectivas de convivência com esse ambiente, até então hostil e desprezível para aqueles que não acreditavam nessa convivência.

Na perspectiva de identidade, o ser humano estabelece vínculos afetivos com outras pessoas e com o lugar em que vive. O lugar no qual o indivíduo nasceu, o lugar onde mora ou os lugares onde viveu e que se tornaram importantes, constituem referências para a sua constituição identitária. O apego ao lugar constitui-se também como identidade social, traduzindo o pertencimento do sujeito à região.

A identidade de lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência. Há a manutenção da memória e sentimento de identidade cultural. A preservação das lembranças do passado está contemplada na vida local, e nela os indivíduos se identificam com a história, o cotidiano e suas simbologias. As memórias passadas, experiências presentes e futuros sonhos de cada pessoa, nas palavras de Lopes e Bastos (2002), estão ligados aos objetos que compreendem seu entorno.

Segundo o geógrafo Tuan (1980), a relação afetiva da pessoa com um lugar é denominada Topofilia e pode ocorrer por consequência da familiaridade com o local. De acordo com Giuliani (2004), quando a pessoa permanece por muito tempo no mesmo lugar pode desenvolver um apego por ele e define como sendo a ligação afetiva entre o indivíduo e o lugar, a vontade de estar próximo a ele.

À medida que o homem interage com o ambiente, percebendo e apropriando-se dos espaços, esses vão se transformando em lugares dotados de valores e sentimentos, surgindo, assim, as comunidades, onde os moradores estabelecem relações familiares e sociais.

Tuan (1980) defende que para o homem do campo, que está em constante interação com a natureza, esse sentimento se estabelece de forma mais profunda, pois ele conhece a natureza e dela sobrevive. A terra passa a ser um lugar de intimidade física, de dependência material, depósito de lembranças e onde se mantém a esperança.

O autor assevera que o afeto pode surgir da experiência com a dureza da natureza, onde se tem que lutar, por exemplo, contra a ameaça da seca. Mesmo sabendo que pode ser melhor em outra região, muitos moradores de lugares afetados pela seca lá permanecem, porque amam a terra e assumem o desafio de fazê-la produzir.

De acordo com Tuan (1980), as pessoas geralmente estão contentes com a área onde moram. Um dos motivos que leva ao contentamento é o fato de viver muitos anos no mesmo lugar, já que a familiaridade causa aceitação e, até mesmo, afeição.

Segundo Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983), identidade de lugar é uma subestrutura da identidade profunda da pessoa e é constituída por cognições sobre o mundo físico, relativas à variedade e complexidade dos lugares nos quais ela vive e satisfaz suas necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais.

Através do conceito de identidade é possível o relato de histórias de vidas, seus lugares íntimos, a afetividade que têm com o lugar, mostrando que, quando um sujeito se identifica com o lugar e se apropria dele, nasce um sentimento de pertencimento. Essa mesma identidade gerada com o ambiente reverbera no sentimento de bem-estar e de familiaridade do sujeito com o seu entorno.

Na construção da identidade existem dimensões e características do entorno físico que são incorporadas pelo sujeito por meio da interação com o ambiente. Nesse sentido, a identidade de lugar é um componente específico do próprio eu do sujeito, forjado em um complexo processo de ideias conscientes e inconscientes, sentimentos, valores e objetos (GONÇALVES, 2007).

Conforme Tuan (1983), o lugar é um centro de significados construídos pelas experiências. No lugar, desenvolvem-se referências afetivas ao longo da vida a partir da convivência com o lugar e o outro.

Dessa forma, são igualmente importantes para a formação da identidade de lugar, tanto os sentimentos de pertencimento quanto os simbolismos que estão diretamente relacionados às crenças, aos valores e às tradições.

3. METODOLOGIA

Um relato de experiência busca descrever uma dada experiência prática, que possa contribuir para uma área do saber. Apresenta um esboço de ações levadas a efeito em determinado contexto e as afetações que a vivência proporcionou a quem o experienciou. Constitui uma metodologia significativa na construção de

um saber voltado à prática profissional, tendo relevância acadêmica ao permitir, como investigação científica, que seu(s) autor(es) possam relacionar e analisar aspectos práticos profissionais e teóricos (TOSTA; SILVA; SCORSOLINI-COMIN, 2017).

Um relato de experiência deve descrever a experiência precisamente, de modo contextualizado, com fundamentação teórica e objetividade, porque não deve constituir uma narrativa subjetiva regada de emoção, devendo ser sério, impessoal, sem ser distante e ter potencial para ser fonte de outros estudos e experiências práticas, despertando o interesse da comunidade científica (SABADINI; SAMPAIO; KOLLER, 2009).

Trata-se de uma narrativa, exposição ou descrição de fatos, situações e experiências práticas vividas que se diferencia do estudo de caso, que é uma narrativa própria das investigações empíricas qualitativas, enquanto que o relato de experiência compreende um conhecimento particular e profissional, sem vislumbrar generalização e comparação (STAKE, 2011; BUENO, 2000; LAVILLE; DIONNE, 1999).

A maior parte da população rural vive em situação de vulnerabilidade devido à degradação das terras e condições climáticas dessas regiões. Essas características geraram durante um longo período da história desse povo, um grande êxodo da população local que abandonava sua vida na zona rural em busca de melhores condições na cidade.

O que ocorre naquela comunidade é o que se percebe em outras localidades do Semiárido brasileiro dentro de um processo de construção de uma identidade cultural sertaneja, a partir dos valores individuais, sociais, bem como de sobrevivência por parte das pessoas que habitam naquele espaço geográfico. O movimento de resistência do sertanejo dentro deste território é caracterizado pela luta diária na lida com o trabalho duro e o sustento de sua família entrelaçados dentro do bioma caatinga.

Para alcançar o objetivo do presente estudo, foram reunidas informações das experiências vividas por quatro estudantes do Mestrado em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido da Univasf, durante o período de agosto a novembro do ano de 2019, numa comunidade do município de Uauá-BA.

Assim, dentro de todo o contexto e cenário apresentado, buscou-se, no Semiárido nordestino, conhecer uma comunidade localizada na zona rural do município de Uauá-BA, observando assim, como se vive e convive nesse território, e quais perspectivas terão as gerações futuras.

A cidade de Uauá localizada na região norte no estado da Bahia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem aproximadamente 24.240 pessoas (estimativa para 2019), e densidade demográfica (2010) 8,00 hab/km²⁶³. Pode-se observar também que essa cidade apresenta na sua agropecuária uma predominância de caprinos e ovinos.

Tabela 1- Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho⁶⁴

EFETIVO DOS REBANHOS (Cabeças) ANO 2016					
Brasil e Município	TIPOS DE REBANHO				
	Bovino	Suíno – total	Caprino	Ovino	Galináceos - total
Brasil	218.190.768	40.053.184	9.817.007	18.403.947	1.347.626.192
Uauá (BA)	3.074	4.545	127.720	107.237	53.100

EFETIVO DOS REBANHOS (Cabeças) ANO 2017					
Brasil e Município	TIPOS DE REBANHO				
	Bovino	Suíno – total	Caprino	Ovino	Galináceos - total
Brasil	215.003.578	41.383.029	10.257.806	18.606.767	1.426.659.433
Uauá (BA)	2.777	4.590	136.434	122.342	36.849

EFETIVO DOS REBANHOS (Cabeças) ANO 2018					
Brasil e Município	TIPOS DE REBANHO				
	Bovino	Suíno - total	Caprino	Ovino	Galináceos - total
Brasil	213.523.056	41.443.594	10.696.664	18.948.934	1.468.351.527
Uauá (BA)	2.854	4.120	115.328	133.939	38.120

Fonte: IBGE- Pesquisa da Pecuária Municipal.

⁶³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uaua/panorama>

⁶⁴ <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3939#resultado>.

A comunidade da experiência narrada foi uma fazenda da zona rural do município de Uauá-BA, que se localiza no Semiárido nordestino. Uma região, como citado anteriormente, que apresenta forte insolação, temperaturas relativamente altas e regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações em um curto período, em média, de três a quatro meses, apresentando volumes de água insuficientes em seus mananciais para atendimento das necessidades da população.

Para fins de análise deste relato, foram reunidos dados da experiência vivenciada, extraída dos momentos de rodas de conversa com os habitantes da comunidade, classificando-os em gerações de pais (1ª geração), filhos (2ª geração) e netos (3ª geração), a fim de analisar a forma de desenvolvimento e convivência, como também seu sentimento de pertencimento e identidade do lugar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade estudada fica localizada a 16 km da cidade de Uauá-BA, apresentando as seguintes características:

- Formada por 31 famílias;
- Tem disponibilidade de água do Rio São Francisco para consumo humano;
- Tem sinal das operadoras de telefonia Vivo e Claro;
- A comunidade no momento tem uma associação, mas se encontra inativa;
- Tem energia elétrica;
- Os atores dessa comunidade em sua maioria são pessoas idosas;
- A comunidade é delimitada por marcos divisórios sem necessariamente estar cercada, ou seja, a partir de determinado ponto começa o território de outra comunidade (o que é um risco, pois esses marcos ficam registrados somente na memória dos mais velhos que habitam no lugar e, conseqüentemente, com a partida deles, pode-se perder as referências);
- Para se cercar uma área que é de uso comum, faz-se necessário entrar em acordo com os demais membros da comunidade, para assim, se proceder com o objetivo de não gerar conflitos;
- Os animais são criados soltos na caatinga, em local de uso comum chamado de “fundo de pasto”.

A partir das características acima observadas se percebe que são hábitos e costumes resultantes da convivência de gerações passadas e que os atores atuais continuam com os mesmos modos e padrões de se viver e conviver.

No ambiente acima descrito, chamado “fundo de pasto”, ficam animais (caprinos, ovinos, etc.) de várias pessoas da comunidade. Existe aí uma característica bem interessante desenvolvida entre eles, no tocante ao manejo (cuidado) dos animais nestes espaços. Por exemplo: quando um dos habitantes vai buscar seus animais (“botar as cabras”, pois é assim que é tratado por eles) em espaços, que normalmente ficam a uma distância de 03 a 06 km do lugar onde estão suas residências, ao chegar ao local, ele consegue identificar os seus animais sem vê-los, apenas pelo toque do chocalho pendurado no pescoço de cada animal (devemos considerar que são muitos animais, portanto uma capacidade extraordinária de identificação do seu rebanho). A partir daí, começa a dar gritos, então com o início destes gritos, os animais identificam que pertencem ao seu dono e se encaminham para o chiqueiro que, normalmente, fica ao lado da casa onde mora o seu dono.

O fato considerado interessante nos aspectos apresentados acima é que existem vários outros animais no local, mas esses só se movem para o chiqueiro quando reconhecem o chamado do dono.

Outra característica observada e identificada através da visita “*in loco*”, é que para suportar os períodos de seca no que se refere à alimentação dos animais, normalmente se mantém áreas cercadas, que no período em que ocorrem as chuvas plantam capim e palma que servem para alimentar os animais nestes períodos críticos. Vale salientar que, quando a seca é prolongada, não dando tempo para a renovação destes suprimentos, os habitantes lançam mão dos recursos disponíveis na Caatinga. Por exemplo, fazem queimadas de xique-xique, macambira, como também cortam galhos de mandacaru, umburana de cambão, angico, entre outras árvores que tem folhagem verde e que os animais comem.

Nessas circunstâncias, as conseqüências da prática acima citada, causam grandes prejuízos à natureza. Hoje é perceptível a dificuldade em encontrar pés de mandacaru na caatinga dessa comunidade. Quando

se encontram alguns, pode-se perceber que ficou apenas um galho, levando bastante tempo para que novas ramificações surjam naquele pé.

Ainda com relação às práticas dessa localidade, no que tange ao ambiente, as queimadas da macambira realizadas para alimentação dos animais, podemos perceber que muitas outras espécies de plantas são dizimadas, pois estão no meio dessa espécie, e quando o fogo queima a macambira (para que o animal coma o bulbo), queima também todas as outras espécies nativas.

Dessa forma, quando esses recursos acabam, os sertanejos que têm animais passam a comprar ração e distribuem de forma limitada, apenas para sustentar os animais que ainda resistem, não tendo condição de alimentá-los o suficiente para satisfazê-los.

Com relação à educação, os alunos dessa localidade que estudam nos segmentos do ensino fundamental 1 e 2 se deslocam através de carros locados pela prefeitura para uma outra fazenda mais próxima da comunidade, distante 9 km. Quanto aos que fazem ensino médio, esses se deslocam para a cidade de Uauá-BA através de carro alugado pela prefeitura.

O cotidiano na comunidade estudada retrata bem o modo de vida das famílias, criando uma identidade local e cultural que, na medida do possível, vem sendo passada de geração a geração. Percebeu-se ainda que em virtude da inatividade da associação representativa do lugar, as políticas públicas voltadas a esse tipo de comunidade não são inseridas na localidade para a promoção do bem comum. A inatividade se deve à falta de interesse de pessoas do lugar em assumir o papel de liderança capaz de convergir para um processo de luta coletiva com o objetivo de gerar melhorias para toda a comunidade local.

Dessa forma, perdem uma excelente oportunidade de promover o desenvolvimento local na comunidade, onde as famílias são quase que na sua totalidade, parentes umas das outras, gerando assim, vínculos de afeto e cuidado mútuo que garantem a convivência com o ambiente. Portanto, é importante destacar que a constituição familiar tem características tradicionais, morando próximas umas das outras, compartilhando através de gerações, conhecimentos e saberes populares, estabelecendo uma rede solidária e fraterna, da qual resulta o compartilhar não apenas da casa, mas das histórias de vida e experiências, mantendo fortes laços com os elementos que compõem a natureza.

Atualmente, essa integração se dá pelo lazer ou trabalho, pois muitas famílias sobrevivem da agricultura, criação de animais, benefícios previdenciários e programas do governo.

Pela apresentação de tais características, evidenciou-se um forte sentimento de pertencer à comunidade. O companheirismo é significativo no cuidado com o outro. O relacional dessas comunidades demonstrou fortes vínculos com a vizinhança e, principalmente, com o bioma Caatinga.

Ao longo da experiência vivenciada, ouviu-se diversas histórias e relatos de vida dos que ali habitam tentando se desenvolver naquele território, resistindo às adversidades, defendendo a sobrevivência, afirmando-se no Semiárido juntamente com outras tantas comunidades locais. Por isso, faz-se necessário um desenvolvimento através de políticas públicas fundamentais para uma melhor convivência com o Semiárido para que haja o fortalecimento dos valores sociais, da cultura, da economia e das tradições das pessoas que vivem naquele lugar, resistindo, preservando a vida e o bioma Caatinga no território onde se localiza a comunidade.

A apropriação dos espaços se dá pela particularidade dos sujeitos e pela coletividade, pois deixam marcas no espaço por meio do afeto, do simbolismo e da cultura que ainda possuem fortes elementos de solidariedade e de espírito de vizinhança.

Constatou-se que a 1ª geração na sua maioria são pessoas que recebem aposentadoria rural e dela se sustentam. Para a 2ª geração, percebeu-se que em cada família havia um total de filhos e que alguns já não estavam residindo naquele lugar, tendo se deslocado para cidades circunvizinhas e para grandes centros, ficando somente 1 ou 2 filhos, muitas vezes de um total de 5 a 7 filhos, que vivem da prestação de serviços rurais (diárias) e da venda esporádica de alguns animais (caprinos/ovinos). Na 3ª geração, devido a um maior acesso à educação formal, percebeu-se que não há motivação nos mesmos para a permanência no lugar, por não perceberem condições favoráveis ao seu crescimento profissional e pessoal.

Tal constatação, depois de vivenciadas através dos relatos das experiências dentro deste trabalho, proporcionou aos mestrandos, reflexões sobre ações que possam contribuir para uma melhor convivência desta comunidade com o Semiárido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato da experiência realizado parte da perspectiva do desenvolvimento profissional do mestrado do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido (PPGDiDeS) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), na qual, através de uma experiência vivenciada numa comunidade localizada no interior do município de Uauá-BA, proporcionou aos acadêmicos um mergulho no campo epistêmico denominado desenvolvimento e convivência com o Semiárido brasileiro.

Neste trabalho, constatou-se que o processo de desenvolvimento e convivência da comunidade estudada acontece no dia a dia de muitas pessoas por outras regiões afora, onde o trabalho árduo e a dignidade humana são evidenciadas, diante das mais diversas labutas de sol a sol, para se ter e dar o “sustento” de suas famílias.

Assim, essa experiência vivida gerou uma discussão bastante interessante dentro da comunidade local. Ademais, este trabalho instiga uma compreensão e entendimento mais aprofundado dessa fração do território brasileiro, frente aos inúmeros desafios na manutenção da identidade do povo que ali habita, bem como na busca por novas oportunidades de reconhecimento através de políticas públicas que venham ampará-los, pois na maioria dos casos são esquecidos pelo Estado brasileiro.

Contudo, este trabalho não se encerra aqui. O assunto é por demais instigante e importante, podendo proporcionar novos estudos sobre esse território com outros olhares epistêmicos. Assim, nesse contexto e cenário, pensar na experiência de mergulhar no universo vivo da caatinga, suas riquezas e histórias, possibilita àqueles que enveredam por esta seara do conhecimento, inúmeros desafios que se apresentam ao longo desta jornada.

A principal conclusão deste trabalho é que a convivência com os sujeitos do lugar com o bioma Caatinga, passa pelo processo de preservação, bem como a resiliência do povo naquele território pesquisado, respeitando a natureza, a vida em comunidade, gerando desenvolvimento para todos. Percebe-se ainda que a carência de estudos acadêmicos dentro daquele território deixa de revelar outras oportunidades e potencialidades ali existentes, sendo minimizadas a cada dia pela falta de políticas públicas e meios para melhorar as condições de moradia, trabalho e sobrevivência.

Entretanto, apesar das dificuldades encontradas para a sobrevivência na comunidade objeto do presente estudo, o sentido de pertencimento territorial, histórico, social, econômico e cultural é comum na população mais idosa, que continua morando e valorizando a tranquilidade, o estilo de vida local, sendo o referido sentimento imprescindível para a manutenção e desenvolvimento da região.

Dessa forma, diante das características apresentadas, no decorrer deste trabalho, a comunidade estudada poderá se tornar um novo território através do alcance das políticas públicas ou tornar-se um território extinto.

REFERÊNCIAS

- [1] ADGER, W.N. et al. New indicators of vulnerability and adaptive capacity. Noruega: Tyndall Centre For Climate Change Research, 2004.
- [2] ANTUNES, T.C.S.; MEDO, J.C.A de; ANTUNES, F.E.S. As regiões semiáridas e suas especificidades 2 [recurso eletrônico] / Organizador Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.
- [3] BERNAL, B.A. (Org.). Educação ambiental e agricultura familiar: aspectos introdutórios. V.1. Brasília: MMA, 2015.
- [4] BRESSER-PEREIRA, L.C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. In: Lua nova, v. 1, n. 93, 2014, p. 33-60.
- [5] BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. A Nova Cara da Pobreza Rural: desenvolvimento e a questão regional. Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17) 540 p., 15 x 23 cm. ISBN 978-92-9248-452-1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280574707_Capitulo_V_-_Pobreza_rural_e_desenvolvimento_do_Semiarido_Nordestino_resistencia_reproducao_e_transformacao/link/55dc4d4408aed6a199acd9d2/download Acesso em 30 out. 2020.
- [6] BUAINAIN, A.M.; GARCIA, J.R. Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. In: Confins, n. 19, 2013, p. 1–24.
- [7] BUENO, S. Mini dicionário da língua brasileira. São Paulo: FTD, 2000.

- [8] CARVALHO, C.P. de O. O novo padrão de crescimento no nordeste semiárido. In: Rev. Econ. NE, v. 45, n. 3, 2014, p. 160–184.
- [9] CARVALHO, L.D. Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a resignificação da territorialidade sertaneja pela convivência, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228949>. Acesso: 08 set. 2019.
- [10] CASTELLS, M. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 8ª edição. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- [11] CINNER, J; FUENTES, M. M. P. B.; RANDRIAMAHAZO, H. Exploring Social Resilience in Madagascar's Marine Protected Areas. In: Ecology and society, v. 14, n. 1, 2009, p.1-20.
- [12] CONTI, I. L; PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L; SCHROEDER, E. O. (org.) Convivência com o Semiárido brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, 2013.
- [13] FARIA, R.M. de; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. In: RA'E GA - O espaço geográfico em análise, n. 17, 2009, p. 31-41.
- [14] GIRARDI, E.P. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 19 set. 2013.
- [15] GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. In: TASSARA, E.T. de O.; RABINOVICH, E.P.; GUEDES, M. do C. (eds). Tradução: Carolina Siqueira M. Ventura, Cristina Belloto da Silva, Elaine Pedreira Rabinovich, Lívia Maria Demarch Santos de Macedo, Martina Rillo Otero e Viviane Rosalie Duarte. Psicologia e ambiente. São Paulo: EDUC – Editora da Puc-SP, 2004.
- [16] GONÇALVES, T.M. Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí, 2007.
- [17] IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Uauá. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uaua/panorama>>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- [18] IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 3939 – Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3939#resultado>. Acesso em: 24 out. 2019.
- [19] IRPAA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. 25 anos trabalhando pela convivência com o Semiárido. Juazeiro: IRPA, Vídeo documentário, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TpJurURshJg>>. Acesso: 11 nov. 2019.
- [20] LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- [21] LOPES, L.P. da M; BASTOS C.L. Identidade: recordes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado De letras, 2002.
- [22] MINISTÉRIO, do Meio Ambiente. Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios: volume 2 – Cenário socioambiental rural brasileiro/Alex Barroso Bernal, Organizador. Brasília: MMA, 2015.
- [23] NIEDERLE, P.A; RADOMSKY, G.F.W. (Organizadores). Introdução às teorias do desenvolvimento. Coordenado pelo SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- [24] PROSHANSKY, H.M.; FABIAN, A.K., KAMINOFF, R.. Place-identity: physical world socialization of the self. Journal of Environmental Psychology, 3, 1983, p. 57-83.
- [25] RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Editora Ática S.A. São Paulo-SP. 1993.
- [26] SABADINI, A.A.Z.P.; SAMPAIO, M.I.C.; KOLLER, S.H. Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo 2009.
- [27] SANTOS, M. Espaço e método. 4º Ed. Editora Nobel. Coleção Espaço. São Paulo, 1997.
- [28] SILVA, A.M.R. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o Semiárido. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003, p. 361-385.
- [29] SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (organizadores). Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília - Ipea, 2009.

- [30] STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.
- [31] SUDENE. Delimitação do Semiárido. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- [32] TOSTA, O.; SILVA, T.B.F.; SCORSOLINI-COMIN, F. O relato de experiência profissional e sua veiculação na ciência psicológica. In: Clínica & Cultura, 5(2). 2017.
- [33] TUAN, Y.F. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL- Difusão Editorial S/A, 1980.
- [34] TUAN, Y.F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL - Difusão Editorial S/A, 1983.
- [35] VALLE, E. Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. In: Revista Eletrônica de Estudos da Religião– REVER, 2002. Disponível em: http://www.puc.br/rever/rv2_2002/t_valle.htm. Acesso: 24 nov. 2019.
- [36] ZAOUAL, H. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michael Thiollent. DP&A: Consulado Geral na França. COPPE/UFRJ, 2006.